**Anexo I do Termo de Referência**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Introdução**

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar, onde será avaliada a viabilidade da contratação pretendida, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de modo a melhor atender às necessidades da SR/PF/PA, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III da IN Seges/MPDG nº 5/2017.

**Objeto**

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transportes de pessoas e cargas, sem fornecimento de automóvel, para a condução de veículos da frota oficial da Polícia Federal no Pará para atender às necessidades de transportes e deslocamentos da Superintendência de Polícia Federal no Estado do Pará, em suas atividades policiais e administrativas.

**Justificativa da necessidade da contratação**

Visando o cumprimento das atividades finalísticas atribuídas legalmente à Polícia Federal, este órgão necessita manter, concomitantemente, atividades administrativas que ofereçam suporte para sua realização plena. Neste contexto, inclui-se o Serviço de Transporte do Setor de Logística e Administração Policial da SR/PF/PA, em que as atividades a serem desenvolvidas por motorista são essenciais.

A SR/PF/PA no seu quadro de pessoal não dispõe, atualmente, de força de trabalho suficiente na categoria de motorista. Há somente um servidor em atividade neste órgão e que o mesmo já possui tempo para aposentação, o que inviabiliza o atendimento da demanda para cumprimento das diversas atividades inerentes aos serviços de condução de veículos oficiais, bem como entrega de documentos emitidos pela Gestão de Contratos, Gabinete e Corregedoria. Esta quantidade insuficiente de motoristas oficiais na execução dos serviços impõe sobrecarga de trabalho ao único profissional que executa as tarefas de condução de veículos oficiais da SR/PF/PA.

Com a extinção do cargo de motorista oficial pela Lei nº 9.632/1998, a terceirização dos serviços de transportes no âmbito da administração pública federal, conforme autorização do Decreto 2.271/97 constitui-se, neste caso, na única alternativa para a melhoria do desempenho das atividades fins e de apoio na Polícia Federal.

**Normativos que regem a matéria**

A contratação dos serviços objeto deste Estudo Preliminar deverá considerar os seguintes normativos:

* Decreto 2.271/1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta;
* Lei 9.632/1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta;
* Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, qued**ispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.**
* Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
* Lei n.º 10.520/2002, que institui a modalidade de licitação pregão;
* Decreto n.º 5.450/2005, que regulamenta o pregão na forma eletrônica;
* IN nº 1/2010 - SLTI/MPOG, que Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta;
* Caderno de Logística “prestação de serviço de transporte”;
* Lei 13.103/2015 (“Lei dos motoristas”);
* CCT SEAC x SINTROBEL 2018;
* Laudo de Periculosidade SR/PF/PA;
* Portaria no. 4453/2014-DG/DPF;
* IN nº 05/2014 - SLTI/MPOG e suas alterações dispõem sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;

**Análises de contratações anteriores**

Para o presente objeto, certifica-se que não houve contratação anterior.

**Referência a outros instrumentos de planejamento**

A contratação pretendida está alinhada ao Plano Estratégico 2010/2022, da Polícia Federal, implementado através da Portaria no. 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos e processos.

**Requisitos da Contratação**

O serviço deverá ser prestado de segunda a sexta feira. O local para apresentação e permanência dos motoristas é o Serviço de Transporte da Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará, localizado na Av. Almirante Barroso, 4466, Souza, Belém/PA.

A jornada de trabalho deverá ser de 44 horas semanais, de acordo com o estabelecido pela legislação vigente, inclusive levando em consideração o dissídio, convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria.

Deverá ser considerado que, por intermédio de Laudo de Avaliação ambiental, o prédio sede da Polícia Federal no Pará foi declarado área de periculosidade, em razão de armazenamentos de munições, pólvora, explosivos, produtos químicos, inflamáveis e agentes biológicos, devendo-se conceder ao trabalhador que labore nesse local adicional de periculosidade, equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o salário base.

A seguir, elencamos um rol de requisitos e/ou exigências necessários para o condutor dos veículos, lembrando que os requisitos descritos neste estudo são de referência e devem ser adaptados às especificidades do objeto a ser contratado:

1. Serviços de motorista executivo para condução de veículos oficiais do órgão: o motorista deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação categoria “B”;
2. Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS. O Termo de Referência poderá estabelecer regra diferente;
3. Os motoristas deverão possuir curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório (Vide art. 150 da Lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro);
4. Ensino Médio Completo;
5. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;
6. Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças Federal e Estadual/Distrital;

Considerando que há inviabilidade da adoção de critério de aferição de resultados e o fato deste serviço de transporte incluir exclusivamente o fornecimento da mão de obra (não inclui veículo) esta licitação deverá adotar o critério de remuneração da contratada por posto de trabalho.

Este serviço no caso da PF/PA é considerado continuado, pois ele visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da PF/PA, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público e/ou o cumprimento da missão institucional.

Incluir como obrigação da contratada as práticas de sustentabilidades abaixo:

1. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
2. A contratada deverá realizar treinamento relativo à ecocondução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

A duração inicial do contrato deverá ser de 12 meses. Considerando-se tratar-se de serviço de natureza continuada, a contratação poderá ser estendida por mais de um exercício financeiro, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses, conforme inciso II do art. 57 da lei 8.666/93, tendo como benefício direto da contratação, a efetiva manutenção da prestação do serviço público.

Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que é requisito a formação profissional do motorista com conhecimento e habilidades para a execução de suas funções.

O mercado de potenciais prestadores para os serviços de transporte de pessoas e cargas, sem fornecimento do automóvel, é bastante vasto, uma vez que as empresas só irão fornecer o motorista para conduzir os veículos da frota oficial da Polícia Federal no Pará e as rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não havendo necessidade de especialização nem da parte das empresas, nem dos seus empregados que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços.

Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formas usuais de contratação dos serviços de transporte de pessoas e cargas, para as quais o mercado está preparado.

A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Estimativa das Quantidades**

O documento de formalização da demanda definiu que serão necessários dois motoristas. Considerando que atualmente só há um motorista no Setor de Transporte da SR/PF/PA e o mesmo poderá se aposentar em breve, a contratação de dois motoristas atenderá satisfatoriamente as demandas do Setor. No momento da confecção do Termo de Referência, o elaborador deverá atentar para o quantitativo que irá satisfazer às necessidades do órgão, de forma que não haja sobra exagerada de serviços e, menos ainda, a falta dos mesmos.

Em relação à quantidade de uniformes por motorista, a CCT da categoria determina que quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados o uniforme necessário, considerando-se o uso normal do mesmo, sendo pelo menos 02 (dois) uniformes completos e um par de sapatos, entregues de 06 (seis) meses em seis meses.

**Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar**

Diversas empresas podem prestar os serviços, por se tratar de serviço comum, disponíveis no mercado.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Para a contratação de serviços de transporte de pessoas e cargas, sem fornecimento de automóvel, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgão públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de transporte de pessoas e cargas, com dedicação exclusiva de mão de obra e sem fornecimento de automóvel, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

**Estimativa de preços ou preços referenciais**

A pesquisa de preços realizada neste estudo técnico preliminar utilizou o parâmetro I do Art. 2º da IN 5/2014 - SLTI/MPOG, pesquisa realizada através de consulta ao sistema Painel de Preços, disponível no Portal de Compras do Governo Federal.

Na pesquisa foram selecionados preços de licitações que possuem objetos semelhantes ao deste estudo e que foram realizadas no âmbito do Estado do Pará. Selecionamos 3 (três) preços de licitações distintas.

Ocorre que todos os preços obtidos na pesquisa foram detalhados no modelo de planilha de custo e formação de preços da revogada IN 02/2008 – SLTI//MPOG. Diante desta situação extraímos das propostas pesquisadas os valores de cada custo da planilha e consolidamos os mesmo no novo modelo de planilha apresentada pela IN 05/2017 – SEGES/MPDG.

O método utilizado neste estudo para a estimativa de preço da contratação foi a média de cada custo da planilha dos preços pesquisados. Após a extração e consolidação dos valores chegamos aos valores referenciais abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Valor por posto | Nº de Postos | Valor Mensal do Serviço  | Valor Anual do Serviço  |
| R$4.413,43 | 2 | R$8.826,85 | R$105.922,21 |

Segue, em anexo, as memórias de cálculo da estimativa de preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte.

**Descrição da Solução como um todo**

A solução será a contratação de empresa para prestar o serviço de transportes de pessoas e cargas, sem fornecimento de automóvel, para a condução de veículos da frota oficial da Polícia Federal no Pará de forma contínua, a serem executados na instalação da Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará.

A contratação será por posto de trabalho com dedicação exclusiva, em virtude da necessidade permanente dos serviços no período de expediente.

**Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

Não existe a possibilidade de parcelamento desta solução, pois ela possui somente um item. O serviço de transporte de pessoas e cargas, sem fornecimento de automóvel, para a condução de veículos da frota oficial da Polícia Federal no Pará ocorrerá através da contratação de dois motoristas com habilitação categoria B.

 No caso de decidirem por duas categorias diferentes de habilitação, deverá seguir o exemplo abaixo:

 A contratação dos serviços em item único sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

* O parcelamento tornaria a parte do contrato que se refere aos serviços a serem prestados insignificantes em termos de valor, podendo ocasionar a sua não contratação;
* Quanto maior o valor do contrato, mais se torna atraente para as empresas do segmento;
* Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;
* Economia de recursos financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos; e
* Economia de recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação.

Não haverá qualquer prejuízo para os licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação;

Nesse sentido, o objeto que se pretende licitar não deve ser parcelado, pois:

* A despeito de ser viável tecnicamente, o parcelamento não é viável economicamente e traz prejuízo para o conjunto da solução, pois cria a possibilidade de que a Polícia Federal fique sem os serviços;
* Não foi possível formar convicção de que haverá ganho de escala com a contratação em item único, mas existe convicção de que haverá perda com o parcelamento, pois o valor da parcela referente à cada categoria de motorista seria muito pequeno e pouco atraente para o mercado;
* Não haverá melhor aproveitamento do mercado ou ampliação da competitividade com o parcelamento, pelo contrário, o mercado tende a se afastar de contratações de valores muito baixos, como seria o caso de uma eventual licitação dividida em dois itens com somente um posto em cada.

**Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, material ou financeiro disponíveis.**

Destaque-se que o quadro funcional de motorista oficial na Polícia Federal para a execução dos serviços em análise está em extinção e, atualmente, possui somente um servidor e que o mesmo já possui tempo de aposentação, o que demonstra a necessidade desta contratação;

Com a contratação, a SR/PF/PA almeja alcançar os seguintes resultados:

* Em relação à eficácia, atendimento de todas as demandas logísticas e administrativas, no suporte à atividade finalística da Policia Federal, inerentes aos serviços de condução de veículos oficiais.
* Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros.
* Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos espera-se o cumprimento, por parte da empresa contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do contrato, permitindo ao órgão contratante, em vez de envidar esforços para a realização de nova licitação para contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos para outras atividades finalísticas da Policia Federal.
* Manter em pleno funcionamento os serviços de transporte, haja vista a necessidade de locomoção de servidores em deslocamento locais, bem como o transporte de documentos e pequenas cargas, tendo em vista que a SR/PF/PA, possui diversos endereços, e não dispõe em seu quadro de pessoais recursos humanos para o atendimento desses serviços, especificamente para a finalidade pretendida.

**Providências para adequação do ambiente do órgão**

Para a adequação do ambiente físico será necessário disponibilizar aos motoristas que serão contratados, no mínimo, vestiários com armários, local para guarda de materiais, local para refeição, acesso a sanitários.

A adequação do ambiente físico deve ser providenciada e estar concluída antes da data de início da execução do contrato, sendo de responsabilidade da área de logística.

Avaliar a necessidade de capacitação dos servidores que atuam nas fases de contratação e de fiscalização dos serviços de transporte de pessoas e cargas.

A avaliação deve ser realizada antes da etapa de planejamento da contratação sendo de responsabilidade da área de logística que deve submeter suas conclusões a Autoridade competente, com sugestões das capacitações a serem realizadas, quando necessárias.

**Declaração de viabilidade ou não da contratação**

Com base nos estudo exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

Ana Claudia Pinto Rodrigues

Administradora

SELOG/SR/PF/PA

Equipe de Planejamento

Márcio de Souza Dias

Agente Administrativo

CPL/SELOG/SR/PF/PA

Equipe de Planejamento